



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

*“A corrupção, em certo sentido, é produto da forma de vida de uma sociedade aquisitiva, onde domina o dinheiro e onde as pessoas são julgadas pelo que possuem e não pelo e são.”*

*(Odegard)*

**REDE SUSTENTABILIDADE** (Diretório Nacional), partido político / pessoa jurídica de direito privado (Vide **Doc. Anexo nº 02**), possuidor do CNPJ / MF nº 17.981.188 / 0001-07 (Vide **Doc. Anexo nº 03**), com sede no Setor de Diversões Sul – Bloco “A” – Salas 107/109 – Ed. Boulevard Center – CONIC – Bairro: Asa Sul – Brasília-DF – CEP: 70.391-900 – Telefones: (61) 3223-9219 / 3223-5436 / 3224-2263 – E-mail: organizacao@redesustentabilidade.org.br, neste ato representado pela pessoa do presidente do diretório nacional (Vide **Doc. Anexos nº 04, 05 e 06**), o Sr. **José Gustavo Fávaro Barbosa Silva**, brasileiro, solteiro, natural da cidade de São Carlos-SP, bacharel no curso superior de administração pública, portador da carteira de identidade nº 46.210.248-8 (SSP-SP), do CPF / MF nº 358.870.048-00 e do título de eleitor nº 358.469.780.132, neste ato denominado de **1º Impetrante; PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO** (Diretório Nacional), partido



político / pessoa jurídica de direito privado (Vide **Doc. Anexo nº 07**), possuidor do CNPJ / MF nº 01.421.697 / 0001-37 (Vide **Doc. Anexo nº 08**), com sede na SCLN 304 – Bloco “A” – Entrada 63 – Salas 101/112 (Sobreloja) – Bairro: Asa Norte – Brasília-DF – CEP: 70.736-510 – Telefones: (61) 3327-5196 / 3327-6405 – E-mail: psb@psbnacional.org.br, neste ato representado pela pessoa do presidente do diretório nacional (Vide **Doc. Anexos nº 09 e 10**), o Sr. **Carlos Roberto Siqueira de Barros**, brasileiro, solteiro, natural da cidade de Bom Conselho-PE, advogado, portador da carteira da OAB-PE nº 8.869, da carteira de identidade nº 2.045.625 (SSP-DF), do CPF / MF nº 084.316.204-04 e do título de eleitor nº 004.430.120.833, neste ato denominado de **2º Impetrante**; e **PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE** (Diretório Nacional), partido político / pessoa jurídica de direito privado (Vide **Doc. Anexo nº 11**), possuidor do CNPJ / MF nº 06.954.942 / 0001-95 (Vide **Doc. Anexo nº 12**), com sede no Setor Comercial Sul – Quadra 05 – Bloco “B” – Loja 80 – Bairro: Asa Sul – Brasília-DF – CEP: 70.305-000 – Telefone: (61) 3963-1750, – E-mail: tesouraria@psol50.org.br, neste ato representado pela pessoa do presidente do diretório nacional (Vide **Doc. Anexos nº 13, 14 e 15**), o Sr. **Raimundo Luiz Silva Araújo**, brasileiro, casado, natural da cidade de Belém-PA, professor, portador da carteira de identidade nº 1.824.970 (SSP-PA), do CPF/MF nº 212.951.582-72 e do título de eleitor nº 010.420.621.325, neste ato denominado de **3º Impetrante**, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos advogados e procuradores **Flávio Eduardo Wanderley Britto**, inscrito na OAB-DF nº 15.079; **Cristiane Rodrigues Britto**, inscrita na OAB-DF nº 18.254; **Carla de Oliveira Rodrigues**, inscrita na OAB-DF nº 33.657 e **Gustavo Luiz Simões**, inscrito na OAB-DF nº 33.658, todos com escritório profissional no SBN – Quadra 02 – Bloco “ J ” – Salas 901 / 902 – Ed. Eng. Paulo Maurício – Brasília-DF – CEP: 70.040-905 (Vide **Doc. Anexo nº 01, 01-A, 01-B e 01-C**), com fundamento no **Art. 5º**, inciso **LXX**, letra “a” c/c **Art. 80** c/c **Art. 86**, § 1º, inciso **I**, todos da **Constituição Federal/88** c/c **Art. 21**, da **Lei**



nº 12.016/2009, impetrar o presente

## **MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PREVENTIVO**

### *Com pedido de tutela de urgência*

Em face de **EDUARDO COSENTINO DA CUNHA**, brasileiro, divorciado, natural da cidade do Rio de Janeiro-RJ, nascido em 29 de setembro de 1958, Economista / Deputado Federal (PMDB-RJ / Vide **Doc. Anexos nº 16 e 17**), Presidente da Câmara dos Deputados, portador do CPF/MF nº 504.479.717-00 (Vide **Doc. Anexo nº 18**), com endereço na **Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Gabinete da Presidência – Edifício Principal – Brasília-DF – CEP: 70.160-900 – Telefones: (61) 3215-8000 / 3215-8004 / 3215-8005 / 3215-8044 (FAX) – E-mail: [presidencia@camara.leg.br](mailto:presidencia@camara.leg.br)**, neste ato denominado de **Impetrado**, em razão da possibilidade real de que venha a substituir eventualmente o Presidente da República, em seus impedimentos e ausências eventuais, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor adiante.

### **I – DOS FATOS**

01- A **Autoridade Coatora (Impetrado)** é Presidente da Câmara dos Deputados e, em meio à condução de seu mandato presidencial à frente daquela Casa legislativa, tornou-se réu neste Colendo Supremo Tribunal, por ocasião do recebimento da denúncia derivada do **Inquérito nº 3983** (Vide **Doc. Anexo nº 19**).



02- No julgamento do **Inquérito nº 3983**, o Supremo Tribunal Federal recebeu unanimemente a denúncia formulada pela Procuradoria-Geral da República em desfavor da **Autoridade Coatora**, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, em razão das acusações de recebimento de pagamentos de propina, entre 2010 e 2011, em contratos de aquisição de navios-sonda na Petrobrás, no âmbito da operação Lava Jato (Vide **Doc. Anexo nº 19**).

03- Na ocasião, o ministro-relator, Sr. **Teori Albino Zavascki**, assim consignou em seu voto:

“Em suma, a análise dos autos mostra que **há indícios robustos para, nestes termos, receber parcialmente a denúncia**, cuja narrativa, em seu segundo momento, ademais de reforçada pelo aditamento, dá conta de que **o Deputado Federal Eduardo Cunha, procurado por Fernando Soares, aderiu ao recebimento, para si e concorrendo para o recebimento por parte de Fernando Soares, de vantagem indevida, oriunda da propina destinada a diretor de empresa estatal de economia mista, em função do cargo, por negócio ilícito com ela celebrado. Esse recebimento, porque núcleo alternativo próprio do tipo, não pode ser descartado como mero exaurimento da conduta de outrem. Os elementos colhidos confortam sobejamente o possível cometimento de crime de**



**corrupção passiva majorada** (art. 317, caput e § 1º, do Código Penal), ao menos na qualidade de partícipe (art. 29 do Código Penal), por parte do Deputado Federal Eduardo Cunha, ao incorporar-se à engrenagem espúria protagonizada pelo então diretor da Petrobras Nestor Cerveró (funcionário público para fins penais por força do art. 327, caput, do Código Penal), Júlio Camargo e Fernando Soares, bem como dela se fazendo beneficiário, tal como descrito(...).” (Grifos Nossos / (Vide Doc. Anexo nº 20)

04- O Pleno do **Supremo Tribunal Federal**, por sua vez, assim decidiu:

“ Decisão: O Tribunal, **por unanimidade, recebeu parcialmente a denúncia quanto ao investigado Eduardo Cosentino Cunha**, e, por maioria, também quanto à investigada Solange Pereira de Almeida, vencidos os Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes, que, no ponto, rejeitavam a denúncia. O Tribunal, por unanimidade, julgou prejudicados os agravos regimentais. Tudo nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo



Lewandowski. Plenário, 03.03.2016.”  
(Grifos Nossos / Vide **Doc. Anexo nº 19**)

05- Em nova denúncia, nos autos do **Inquérito 4.146**, apresentada em 04/03/2016, S. Exa. o Sr. Procurador-Geral da República pediu **a condenação do Impetrado pelo suposto recebimento de mais de US\$ 5 milhões de dólares americanos, mantidos em bancos na Suíça, recebidos possivelmente para que se procedesse ilicitamente à viabilização de contratos, na Petrobrás, em campos de petróleo em Benin, na África** (Vide **Doc. Anexo nº 21**).

06- Há ainda em curso um terceiro inquérito em desfavor do **Impetrado**, que investiga a liberação de recursos fundiários do FGTS para a construção das obras do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, em que a construtora Carioca Engenharia, consorciada com as construtoras OAS e Odebrecht, obteve a concessão. Este inquérito deriva de acusações oriundas de colaboração premiada realizada pelos réus **Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior, no bojo da mesma chamada Operação Lava-Jato**.

07- A despeito da condição de réu em virtude de tão graves acusações e na iminência de ser denunciado por novas acusações igualmente severas, o **Impetrado, ora também réu / denunciado em processo criminal, tem a incumbência constitucional de substituir eventualmente, o Vice-Presidente da República, que substitui a titular da Presidência da República, nas suas ausências e impedimentos**. O compulsar do processo de impedimento da Sra. Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, em curso no âmbito do Senado Federal, torna ainda mais factível **a ameaça de que o Impetrado ocupe, ainda que transitoriamente, a Presidência da**



**República, ameaçando a estabilidade institucional do país, em momento tão delicado para a institucionalidade e para a cidadania brasileira.**

08- Assim, o presente *writ* objetiva, pelas razões de Direito abaixo aduzidas, provimento judicial para determinar que a **Autoridade Coatora** se abstenha de substituir eventualmente a Presidência da República, nos impedimentos e afastamentos da titular e do Vice-Presidente da República, **em razão da sua condição de réu / denunciado em ação penal pública que tramita no âmbito do Colendo Supremo Tribunal Federal.**

09- Como dito, **a condição de réu / denunciado ora alegada pode ser verificada a partir do espelho processual de tramitação do Inquérito nº 3983** (Vide **Doc. Anexo nº 19**), em trâmite no Supremo Tribunal Federal, em que foi recebida denúncia em desfavor do impetrado, por meio de decisão daquela Egrégia Corte (Vide **Doc. Anexo nº 19**).

## **II – DO DIREITO**

### **A) DO CABIMENTO DO MANDAMUS**

10- O **Art. 5º**, inciso **LXX**, letra “a”, da Constituição Federal/88, dispõe sobre o cabimento do mandado de segurança coletivo, apontando exaustivamente o rol de legitimados ativos para a sua propositura, dentre os quais expressamente indica os partidos políticos com representação parlamentar no Congresso Nacional, *in verbis*:



“ Art. 5º (...)

**LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:**

**a) partido político com representação no Congresso Nacional;”**  
(Grifos Nossos)

11- Diversamente do que ocorre em relação às entidades ou associações de classe ou às organizações sindicais, o Constituinte não tratou de circunscrever a atuação dos partidos políticos representados no Congresso Nacional, no bojo da impetração de mandados de segurança coletivos, aos estreitos limites dos interesses dos filiados ou dos parlamentares da legenda, ficando silente quanto ao alcance desta legitimação.

12- Neste sentido, evidencie-se a seguinte preleção do Exmo. Sr. Ministro **Teori Zavascki**<sup>1</sup>:

“Primeiro, a inexistência da limitação no texto constitucional, o que é especialmente significativo ante a menção expressa a ela no inciso seguinte do mesmo dispositivo, a evidenciar que a omissão anterior não foi desatenta e, portanto, deve

---

<sup>1</sup> Zavascki, Teori Albino. Defesa de Direitos Coletivos e Defesa Coletiva de Direitos, na Revista Jurídica Notadez. Revistas 200 a 302, Legislação, Jurisprudência e Doutrina. Editora Notadez, 2003.





merecer interpretação que lhe dê eficácia. Segundo, pela singular natureza do partido político, substancialmente diversa das demais entidades legitimadas. Com efeito, as associações - sindicais, classistas e outras - têm como razão existencial o atendimento de interesses ou de necessidades de seus associados”

13- Por força do preceito interpretativo da máxima efetividade das normas constitucionais, recomenda-se, no que tange aos direitos e garantias fundamentais individuais, uma interpretação tanto mais alargada quanto for possível. Sendo assim, interpretações restritivas no que tange ao escopo da legitimação dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional não merecem ser prestigiadas, vez que estes representam autênticos corpos organizacionais de defesa da democracia, da ordem republicana e da própria Constituição, em processos subjetivos ou objetivos de guarda da Constituição. Neste sentido, as balizas delimitadoras da legitimação da atuação dos partidos políticos devem ser firmadas de modo a abarcar a defesa de direitos líquidos e certos destas pessoas jurídicas relativamente à higidez da Constituição e da ordem democrática e republicana.

14- Ao encontro da legitimação ampla aqui advogada, socorrem as valiosas lições da Exma. Sra. Ministra **Ellen Gracie** a propósito do tema, em que, por ocasião da relatoria do **RE 196.184/AM**, consignou o que se segue:

“ ( . . . ) .



Também entendo não haver limitações materiais ao uso deste instituto por agremiações partidárias, à semelhança do que ocorre na legitimação para propor ações declaratórias de inconstitucionalidade. (...).

Dessa forma, tudo o que foi dito a respeito da legitimação dos partidos políticos na ação direta de inconstitucionalidade pode ser aplicado ao mandado de segurança coletivo.

A previsão do art.5º, LXX, da Constituição objetiva aumentar os mecanismos de atuação dos partidos políticos no exercício de seu mister, tão bem delineado na transcrição supra, não podendo, portanto, ter esse campo restrito à defesa de direitos políticos, e sim de **todos aqueles interesses difusos e coletivos que afetam a sociedade.**

**A defesa da ordem constitucional pelos Partidos Políticos não pode ficar adstrita somente ao uso do controle abstrato de normas.** A Carta de 1988 consagra uma série de direitos que exigem a atuação destas instituições, mesmo em sede de



controle concreto. À agremiação partidária, não pode ser vedado o uso do mandado de segurança coletivo, em hipóteses concretas em que estejam em risco, por exemplo, o patrimônio histórico, cultural ou ambiental de determinada comunidade. (...). ” (Grifos Nossos / Vide **Doc. Anexos nº 22 e 23**)

15- Por ocasião deste mesmo julgamento, do **RE 196.184/AM**, o então Ministro **Ayres Britto** prolatou seu voto nos seguintes termos:

“Sr. Presidente, acompanho o voto da Eminente Relatora, fazendo um registro: estou de pleno acordo com toda a sua fundamentação **no que toca a inexigência, digamos assim, de pertinência temática para os partidos políticos, quando se trata de defender interesses coletivos ou difusos, mesmo em processo de feição subjetiva ou concreta.**” (Grifos Nossos / Vide **Doc. Anexo nº 23**)

16- A **Lei nº 12.016/2009**, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, por sua vez, preceitua, no seu **Art. 21**, **que o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses relativos “à finalidade partidária”**. Cumpre esclarecer, assim, o que merece ser entendido como “*finalidade partidária*” na ordem jurídica para fins da incidência da referida lei.

17- O **Art. 1º da Lei 9.096/95**, que dispõe sobre os partidos



políticos e converge com o Art. 14, § 3º, inciso V e com o Art. 17, ambos da Constituição Federal, estatui o seguinte:

“Art. 1º O partido político, pessoa jurídica de direito privado, **destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.**” (Grifos Nossos)

18- Conforme será demonstrado, **o presente writ volta-se preventivamente contra ato que violaria frontalmente a Constituição, em suas regras e princípios. Assim, os atos de Estado que se afigurarem, ao mesmo tempo, atentatórios à ordem jurídica e aos interesses legítimos das agremiações partidárias podem ser por elas impugnadas por meio de mandado de segurança, haja vista se tratar da defesa de direitos coletivos,** “assim entendidos, para efeitos desta Lei (a Lei nº 12.016/2009), os transindividuais, de natureza indivisível”, tal qual expresso no **parágrafo único, I, do art. 21, da Lei do Mandado de Segurança.**

19- Sendo os **Impetrantes** partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (Vide **Doc. Anexos nº 24, 25, 26 e 27**), como é notório e se percebe da documentação juntada, faz-se presente as suas legitimidades ativas para impetrarem o presente *writ* na defesa concreta, no bojo de relação processual subjetiva, da Constituição Federal.

20- Na modalidade preventiva do *mandamus*, não há que se



cogitar a incidência do prazo decadencial de 120 dias, na medida em que a lesão potencial ao direito ainda não se concretizou, renovando-se diariamente este prazo. Assim, não merecem prosperar alegações a propósito da tempestividade da via mandamental *in casu*. A propósito deste entendimento, é oportuno registrar o ementário do decidido pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 434.838-SP, de relatoria do Ministro Francisco Falcão, *in verbis*:

“ PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO BASE 1989. MANDADO DESEGURANÇA. NATUREZA PREVENTIVA. DECADÊNCIA. INAPLICAÇÃO.

I - Não se aplica o prazo decadencial de cento e vinte dias, previsto no artigo 18, da Lei nº1.533/51, quando o mandado de segurança tem natureza preventiva renovando-se a cada dia, como ocorre, *verbi gratia*, na hipótese dos autos, onde a prática de eventual ato ilegal consistente na autuação da empresa pelo Fisco, em face das diferenças contábeis ocorridas no ano de 1989, pode dar-se a qualquer tempo.

II - “Sendo preventivo o mandado de segurança, por ausência de ato fiscal, que virá diante dos efeitos concretos da legislação que limitou os prejuízos fiscais, afasta-se a decadência, ao tempo em que se confirma a propriedade da



via mandamental". (REsp 255.486/RS, Relatora Ministra ELIANA CALMON, DJ de 23.04.2001, p. 133.)

III - Precedentes.

IV - Recurso especial provido." (Grifos Nossos / Vide **Doc. Anexos nº 28 e 29**)

21- Quanto à competência, oportuno registrar que a Constituição Federal/88 estatui, no seu **Art. 102, inciso I, letra "d"**, ser da competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar: o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal. **Tendo em vista que o potencial ato atacado tem por Autoridade Coatora o Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício típico e essencial das suas funções político-institucionais, é indiscutível a competência do foro a que se submete a apreciação do presente writ.**

## **B) DO MÉRITO**

22- Indiscutível o relevo ímpar que a Presidência da República desempenha para o conjunto de instituições, para a República e para a Nação, de modo que o seu exercício naturalmente deve ser regulado de modo cauteloso, exigindo-se atributos especiais de seu titular, sem que isso implique em qualquer prejuízo ou restrição a direitos e garantias individuais, mas antes represente justa homenagem ao Estado Democrático de Direito. Se por um lado, há exigências constitucionais



qualificadas para o ocupante da mais Alta Magistratura do país, há, de outra banda, prerrogativas especiais que lhe asseguram o exercício independente de suas funções institucionais, que antes dizem respeito à instituição da Presidência da República que ao ocupante desta Alta Dignidade, enquanto indivíduo.

23- Uma dentre essas prerrogativas especiais com que deve contar o Chefe do Executivo diz respeito à sua responsabilidade transitória por atos estranhos ao exercício da sua função pública, durante a vigência do seu mandato. **Em contrapartida a estas prerrogativas especiais do posto Presidencial, há também ônus qualificados. Exemplo destes encargos especiais é a impossibilidade de exercício temporário do cargo de Presidente da República, na hipótese de recebimento de denúncia, contra seu titular, por crime comum, perante o Supremo Tribunal Federal, ou por crime de responsabilidade, perante o Senado Federal, durante prazo razoável para que se conclua o desfecho do processo. A cerca deste prazo, o Constituinte entendeu por bem fixá-lo em 180 dias, findos os quais o titular possui o direito subjetivo de reassunção da função, caso não tenha sobrevindo condenação que o incompatibilize com o cargo.**

24- **Esta exigência especial inerente ao cargo de Presidente da República tem por objetivo fundamental preservar a integridade de um dos mais altos postos das instituições brasileiras, impedindo, mesmo que transitoriamente, que a este cargo ascendam agentes públicos contra os quais pesa o encargo de ser réu / DENUNCIADO em processos criminais. Admitir que a chefia do Executivo seja exercida por agente contra o qual se imputam graves e fundadas acusações, confirmadas em juízo prelibatório manifesto através do recebimento da denúncia, põe em risco, em última instância, a própria estabilidade das instituições, na medida em que se põe à**



**prova a própria legitimidade e idoneidade do Poder Executivo. Não se trata de ofensa ao primado da presunção de inocência, já que não há antecipação de pena enquanto não sobrevenha a condenação definitiva. Tampouco a medida importa na perda do mandato, mas antes em um afastamento meramente temporário. É inconteste também a presumível natureza cautelar reflexa desta medida, considerando-se o poder político com que conta este mandatário, para eventualmente interferir no curso da persecução penal em seu desfavor, evitando um desfecho que lhe seja prejudicial.**

25- Esta providência, tamanha a sua magnitude, é inculpada no próprio texto originário na Carta Magna, sendo reclamada pelo **§ 1º, inciso I, do art. 86 da Constituição Federal**, segundo o qual **“O presidente ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal”**. O § 2º do mesmo dispositivo estipula, como dito, o prazo de 180 dias para a conclusão do julgamento, prazo este cujo extravasamento implica a reassunção do cargo pelo réu, caso não haja, até o seu decurso, sobrevindo a condenação.

26- Este mecanismo se impõe independente da comprovação ou não de eventual mobilização do réu com vistas a obstruir o processo em curso, pois não se trata tão somente de mecanismo acautelatório de ordem processual, sujeito à avaliação de conveniência a respeito da sua procedibilidade pelo órgão julgador, mas antes de imposição imediata do Constituinte, que visa assegurar, em última análise, a própria estabilidade da República e do Estado Democrático de Direito.

27- Não há qualquer dúvida quanto à aplicação deste





afastamento em relação ao titular do Poder Executivo, na hipótese de instauração de processo-crime ou processo político-penal por crime de responsabilidade, face a cristalina dicção da Diploma Magno. De outra sorte, entretanto, o Constituinte não foi literal quanto à extensão desta restrição aos seus potenciais sucessores ou substitutos constitucionais, definitivos ou provisórios, não redundando essa omissão na assunção inequívoca de que a eles não se lhes aplica esta medida constritiva. Impõe-se, neste caso, um exercício hermenêutico ao interprete final deste dispositivo, num exercício sistemático de compreensão do seu significado para muito além do que aparenta a sua mera literalidade originalista.

28- **Se o propósito do Constituinte é, antes de tudo, assegurar a estabilidade do Poder Executivo, há que se supor que esse gravame não se esgote na figura individual de seu titular, mas, sim, que se estenda às pessoas dos seus potenciais sucessores ou substitutos.**

29- Por força do que dispõe o **Art. 79, caput e parágrafo único, da Constituição, são substitutos do titular o seu Vice e os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, nesta ordem.** O Vice-Presidente detém também a prerrogativa institucional de suceder, em definitivo, o titular, na hipótese de vagar a Presidência.

30- A possibilidade virtual desta sucessão ou substituição fez com que o Constituinte, na qualidade de poder inaugural de uma ordem jurídica integral e coesa, estendesse simetricamente a estes substitutos ou sucessores as mesmas condições de elegibilidade impostas ao titular Presidente da República, tais como a idade mínima de 35 anos e a condição de brasileiro nato.

31- **Veja-se que o próprio Constituinte estabeleceu serem**



**privativos de brasileiros natos os cargos de Vice-Presidente da República, de Presidente da Câmara e do Senado Federal e de todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal (Art. 12, § 3º, CF/88), visando exatamente este nivelamento de exigências e incompatibilidades, adiantando-se sabiamente à hipótese de ocorrência destas substituições ou sucessões.**

32- Da mesma forma, as idades mínimas para eleger-se Senador da República (Art. 14, inciso VI, letra “a”, da CF/88), e potencialmente ocupar a Presidência da Câmara Alta, assim como para ascender ao posto de Ministro da Suprema Corte, e potencialmente ocupar a presidência do STF (Art. 101, da CF/88), são também idênticas à exigida do Presidente da República e de seu Vice (Art. 14, inciso VI, letra “a”, da CF/88). Para Deputados Federais, a idade mínima exigida é de 21 anos (Art.14, inciso VI, letra “c”, da CF/88) e o Constituinte nada tratou acerca da idade mínima para a Presidência da Câmara Baixa, mas, embora nada discipline também o Regimento Interno daquela Casa a este respeito, é certo que se trata de requisito implícito aos deputados federais que objetivem pleitear o posto de Presidente da Câmara dos Deputados, na medida em que, em relação a este último posto, deve haver identidade com as exigências constitucionais dirigidas ao Presidente da República.

33- Assim, se há, em relação a todos estes Altos cargos, harmonização e nivelamento de exigências de elegibilidade por determinação do próprio Constituinte, de modo expresso ou implícito, é razoável inferir que também compartilhem os impedimentos e restrições derivados desta potencial ascendência provisória ou definitiva à posição de Presidente da República.

34- **Caso fosse ignorado o compartilhamento destas**



restrições, na hipótese de afastamento ocasional (por motivo de viagem, enfermidade, férias ou afastamento provisório) ou definitivo do titular (por perda ou suspensão dos direitos políticos, impedimento, renúncia ou por força de sentença judicial), a Presidência da República poderia ser exercida por alguém contra quem paira a circunstância impeditiva prevista no citado art. 86, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88. Quem tem a possibilidade de assumir a Presidência da República (a qualquer momento) deve ter sempre condições constitucionais de assumi-la, sob pena de grave instabilidade institucional e ofensa direta à Constituição.

35- O recebimento da denúncia, relativamente a cada um dos substitutos eventuais, deveria acarretar, pois, o afastamento de qualquer um dos que integrem a ordem sucessória ou de substituição da Presidência dos seus respectivos postos presidenciais originários, na esteira do que estatui o Art. 86, § 1º, I, da Constituição, ou, ao menos, ocasionar o impedimento para que estes Altos Agentes Políticos ascendam, ainda que provisoriamente, à Presidência da República. O presente *writ* objetiva provimento assecuratório desta última medida, mais abrandada e que não representa nenhum pré-julgamento ou prejuízo substancial ao agente público que ostente a lamentável condição de réu em processo-crime.

36- Essa medida acautelatória e estabilizadora evitaria que se inflame ainda mais a atual crise política que aflige o país e preserva a própria legitimidade das instituições (Art. 1º, inciso II, CF/88). Constitui um ônus mínimo de quem ocupa os mais altos cargos do país e que está na linha de substituição presidencial não ser



**réu em processo criminal em andamento, ou, em comportando essa infeliz condição, ser afastamento de seu posto presidencial por até 180 dias ou, alternativamente, ser excluído de tal linha.**

37- Presente essa circunstância indesejada pela Constituição, o afastamento do cargo é medida a ser imposta ao titular ou a qualquer dos seus possíveis sucessores ou substitutos. Tratando-se do presidente ou do vice-presidente, deve-se operar o afastamento temporário do próprio cargo outorgado pelo sufrágio. **Em se operando o recebimento da denúncia contra o Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Supremo Tribunal Federal, exigir-se-ia, ao menos, a abstenção dessas autoridades em substituir a Presidência da República, de modo a se suprimir o risco de exercício indevido da Presidência da República por réus / DENUNCIADOS em processos criminais ou político-criminais, remanescendo o direito ao exercício do cargo originário.**

38- Como bem destaca o Eminentíssimo Magistrado **César Augusto Carvalho de Figueiredo** (2015) em artigo a respeito do tema, intitulado **“O efeito jurídico de afastamento do cargo decorrente da decisão do STF que aceita denúncia contra chefe de Poder da República”**<sup>2</sup>:

“O afastamento automático decorre do sério risco de o ocupante da posição de chefia, vendo-se ameaçado de uma condenação criminal, por instinto humano, passar a exercer as prerrogativas do cargo com abuso de

<sup>2</sup> Disponível em: <http://dicasdoad.jusbrasil.com.br/artigos/222924373/o-efeito-juridico-de-afastamento-do-cargo-decorrente-da-decisao-do-stf-que-aceita-a-denuncia-contrachefe-de-poder-da-republica>. Acessado em 01/05/2016.



poder, de sorte a não só interferir na instrução criminal, que se inicia com o recebimento da denúncia, mas também a prejudicar o adequado funcionamento da instituição que administra. É, enfim, a perigosa confusão entre o público e o privado, vedada pela Constituição, no art. 37 (princípios da impessoalidade e da moralidade)” (Grifos Nossos / Vide **Doc. Anexo nº 30**)

39- Assim, repise-se, **caso o Supremo Tribunal Federal venha a receber denúncia contra qualquer um dos chefes de Poder, convolando-o em réu, espera-se o seu afastamento do exercício da presidência da instituição que dirige ou, ao menos, a supressão do seu direito subjetivo de substituir ou suceder o titular da chefia do Executivo.** As razões inspiradoras do dispositivo constitucional acima mencionado (CF/88, Art. 86, § 1º, inciso I) deveriam valer, *ipso facto*, não apenas para o ocupante do cargo de presidente da República, mas sim para todos os que estão em posição potencial de assumir (em qualquer momento) interina ou definitivamente tal função. **Se o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara ou do Senado e o Presidente do STF tiverem contra si denúncia recebida, naturalmente devem ser afastados, senão das funções respectivas de Presidentes das instituições que representam, ao menos da linha sucessória da Presidência da República, para se preservar a integridade e honorabilidade exigidas de forma diferenciada dos chefes máximos de cada Poder.** Em termos institucionais é muito sério o recebimento de um processo criminal contra eles. Daí o mandamento constitucional de afastamento peremptório vazado no Art. 86, § 1º, inciso I, da CF/88.



40- O direito líquido e certo que aqui se reclama diz respeito à impossibilidade de alguém que detém a condição de réu em ação penal por crime comum possa substituir eventualmente o Presidente da República enquanto ostentar tal condição de sujeito passivo de processo-crime.

41- Evidentemente que a procedibilidade do presente *mandamus* carece da assunção, por parte dessa Egrégia Corte, da procedência dos pressupostos interpretativos advogados no bojo desta exordial, formulados a partir da leitura sistemática da Carta Magna. De toda sorte, já é pacificado, conforme entendimento plasmado na sua **Súmula nº 625 do STF**, que a “controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança” (Vide **Doc. Anexo nº 31**). Assim, a controvérsia jurídica ora levantada deve ser resolvida por aquele que detém a prerrogativa excelsa de interpretar a Constituição, competência institucional esta que fora reservada pelo Constituinte ao Egrégio STF, com primazia, além de aos demais Tribunais ou juízos, de modo incidental. Mas é certo que a controvérsia de ordem meramente jurídica não fulmina, por si só, a liquidez e certeza de um direito qualquer que seja vindicado, não impedindo essa controvérsia o conhecimento do presente remédio constitucional em espécie.

42- A controvérsia que poderia vulnerar o cabimento, em espécie, do presente mandado de segurança diz respeito à dimensão fática do processo. E, neste particular, advoga-se no presente *writ* não haver qualquer controvérsia, na medida em que é inconteste que **o Impetrado exerce atualmente a Presidência da Câmara dos Deputados e é potencial substituto do Presidente da República, nas suas ausências e impedimentos, por força do que dispõe o Art. 86, § 1º, inciso I c/c Art. 80, ambos da Constituição Federal.** Como estes fatos são públicos



e notórios, por força do que dispõe o Art. 374, inciso I, do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 2015), faz-se dispensável a juntada destes elementos probatórios especificamente, vez que a ausência de juntada destas provas pré-constituídas em particular não traz prejuízo à formação da convicção do julgador.

43- Igual dispensa de juntada poder-se-ia reclamar em relação à condição de “representado no Congresso Nacional” para a propositura do presente *mandamus* coletivo, em relação aos partidos políticos ora Impetrantes, vez que é notório que possuem dentre seus quadros Deputados Federais e Senadores da República (Vide **Doc. Anexos nº 24, 25, 26 e 27**).

### **III – DA TUTELA DE URGÊNCIA**

44- Nos termos do **Art. 7º, inciso III c/c Art. 22, § 2º, da Lei nº 12.016, de 2009**, o deferimento de medida tem como pressupostos a configuração do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. No presente caso, advoga-se estarem presentes ambos os requisitos da medida cautelar, conforme se demonstrará a seguir, motivo pelo qual seu deferimento é medida que ora se reivindica.

45- Os fundamentos jurídicos da presente via mandamental e os fatos públicos subjacentes a eles demonstram a plausibilidade do direito invocado. O ato é real, concreto e atual.

46- **O *fumus boni iuris*, conforme visto, reside na manifesta afronta aos Arts. 80 e 86, § 1º, inciso I, ambos da Constituição**



**Federal/88, que rechaçam a possibilidade de exercício temporário da função de Presidente da República por parte daqueles que possuem denúncia recebida em seu desfavor no âmbito do Supremo Tribunal Federal e que, portanto, ostentam condição de réus em processo por crime comum.**

47- O *periculum in mora*, por seu turno, decorre de três fatores. Primeiro, do fato evidente de que **Autoridade Coatora já poderia substituir eventualmente o Presidente da República, na hipótese de impedimento ou ausência temporária do seu titular e do Vice-Presidente simultaneamente, por força do que estatui a própria Constituição, no seu art. 80.** Segundo, porque **a iminência do afastamento da titular da Presidência da República, em face da abertura de processo de *impeachment* por crime de responsabilidade, no âmbito do Senado Federal, torna ainda mais adjacente a hipótese de ascendência temporária da Autoridade Coatora ao posto de Chefe do Executivo, em infringência às disposições constitucionais pertinentes, notadamente o Art. 86, § 1º, inciso I, tornando esse risco de ofensa à Constituição uma ameaça ainda mais efetiva que se avizinha.** Terceiro, **em razão da grave ameaça à ordem pública e à estabilidade das instituições que a ascensão temporária da Autoridade Coatora, contra a qual pesam fartas evidências do cometimento crimes graves, poderia causar neste momento delicado para o conjunto das Instituições.**

48- **Em face da presença dos pressupostos para a concessão de medida cautelar que espera se ter acima evidenciado, requer que V.Exa. se digne a conceder liminar para determinar que a Autoridade Coatora se abstenha de substituir eventualmente a Presidência da República, na hipótese de impedimento ou ausência temporária do titular e**





**Vice da chefia do Poder Executivo, enquanto remanescer a sua condição de réu em processo criminal, renovando-se tal impedimento, por até 180 dias, a cada oportunidade real de que ocorra a tal substituição, até o julgamento final do mérito do presente writ.**

#### **IV – DOS PEDIDOS**

49- Face ao exposto, os Impetrantes requerem a Vossa Excelência que se digne a:

a) **A concessão da liminar pleiteada neste *mandamus*, para determinar que o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados se abstenha de ocupar provisoriamente a Presidência da República, nos impedimentos e ausências eventuais da titular e do Vice-Presidente, na esteira do que dispõe o Art. 80, por força do que estatui o Art. 86, § 1º, inciso I, ambos da Constituição Federal, enquanto ostentar a condição de réu / denunciado em processo criminal nesta Suprema Corte;**

b) **A imediata notificação da Autoridade Coatora, Deputado Federal EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, brasileiro, divorciado, natural da cidade do Rio de Janeiro-RJ, nascido em 29 de setembro de 1958, Economista / Deputado Federal (PMDB-RJ / Vide **Doc. Anexos nº 16 e 17**), Presidente da Câmara dos Deputados, portador do CPF/MF nº 504.479.717-00 (Vide **Doc. Anexo nº 18**), com endereço na **Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Gabinete da Presidência – Edifício Principal – Brasília-DF – CEP: 70.160-900 – Telefones: (61)****



**3215-8000 / 3215-8004 / 3215-8005 / 3215-8044 (FAX) – E-mail: [presidência@camara.leg.br](mailto:presidência@camara.leg.br), ou seja, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, para que dê cumprimento à medida liminar solicitada e preste as informações que julgar convenientes, no prazo legal;**

c) Dar ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada;

d) A intimação do Ilustre **Procurador Geral da República** e / ou seus substitutos legais para que se manifeste no presente *mandamus*;

e) Requer-se, ao final do processamento desta medida judicial, a **concessão definitiva de segurança, para determinar que o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados se abstenha de ocupar provisoriamente a Presidência da República, nos impedimentos e ausências eventuais da titular e do Vice-Presidente, na esteira do que dispõe o Art. 80, por força do que estatui o Art. 86, § 1º, inciso I, ambos da Constituição Federal, enquanto ostentar a condição de réu / denunciado em processo criminal nesta Suprema Corte, renovando-se tal impedimento, por até 180 dias, a cada oportunidade real de que ocorra a tal substituição;**

f) Que toda e qualquer publicação com referência a este processo, seja feita na pessoa do Dr. **Flávio Eduardo Wanderley Britto**, portador da carteira da **OAB-DF nº 15.079**.

Provas pré-constituídas anexas.



Atribui à causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para fins meramente procedimentais.

Nestes Termos,

Pedem Deferimento.

Brasília-DF, 02 de maio de 2016.

**FLÁVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO**  
**OAB-DF nº 15.079**

**CRISTIANE RODRIGUES BRITTO**  
**OAB-DF nº 18.254**

**CARLA DE OLIVEIRA RODRIGUES**  
**OAB-DF nº 33.657**

**GUSTAVO LUIZ SIMÕES**  
**OAB-DF nº 33.658**

**VAGNER ARAÚJO FALCÃO CORTE REAL**  
**OAB-DF nº 14.975/E**